



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 13 DE
FEVEREIRO DE 2020**

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara** deu nota que tinha sido informado pelo Vereador António Mota que, a partir de 12 de fevereiro de 2020, iria exercer o cargo que exercia no presente Executivo, mas sem estar ligado a nenhum partido, particularmente ao PSD, situação que foi aceite por si.

O **Vereador António Mota** confirmou a informação transmitida pelo Presidente da Câmara, relativamente ao lugar que a partir da presente data iria ocupar na Câmara Municipal, na qualidade de Vereador independente, deixando de estar afeto à força política do PPD-PSD.

Pediu desculpa ao Executivo por algum transtorno que possa ter causado e podendo ter prejudicado a imagem do Município.

O **Presidente da Câmara** disse que aceitava as desculpas e reconhecia perante todos a hombridade tida pelo Vereador António Mota pelo facto de pessoalmente ter transmitido a si, a decisão que tinha tomado.....

O **Vereador António Mota** reportando-se à EM 596 e todas as situações que lhe estão inerentes, nomeadamente a zona industrial de Vila Verde, onde é verificado um estado de desagregação do



Oliveira do Bairro câmara municipal

arruamento e com a continuação do aumento de tráfego, referiu que havia necessidade de se pensar numa requalificação daquela via.....

Sobre as barreiras localizadas em Vila Nova, questionou se havia alguma divergência, digna de registo, entre a Câmara Municipal e o proprietário do terreno, onde estão localizadas as barreiras. ...

Deu nota que a ADRA continuava a fazer ligações de saneamento, e para si não fazia sentido colocarem betuminoso nas ligações de tal forma que da parte da manhã era colocado e da parte da tarde o mesmo já não se encontrava. Acrescentou que a ADRA deveria fazer as reparações dos rasgos que faz, colocando o betuminoso de forma mais compactada, evitando danos nas viaturas que circulam nas vias.

O **Vereador Álvaro Ferreira** relativamente à nova posição do PSD no atual Executivo, que na presente fase se encontrava representado por si, disse que reiterava toda a confiança que tem no Executivo e em todos os Vereadores que o compõem, representando a população e lutando por aquilo que era o interesse do Concelho de Oliveira do Bairro. Afirmou que iria continuar a defender o PSD, naquilo que era a responsabilidade do partido.

Sobre o contencioso existente com o kartódromo de Oiã, questionou se havia novidades.

Reportando-se à zona entre o IPB e o cruzamento da Murta, mais próximo da ponte, disse que nessa área toda, não existia nenhuma passadeira pedonal e mesmo os semáforos localizados perto do cruzamento não estavam funcionais desde a última grande intempérie.....

Afirmou que na entrada dos Paços do Concelho, já existia há alguns anos uma tela, que demonstra algumas obras que foram já executadas, como o caso da Alameda e da Feira da Palhaça, sugerindo que fossem expostas no mesmo local, as PARUS que a Câmara Municipal estava a executar, assim como os projetos que vai realizando.....

O **Vereador Rui Santos** relativamente à nova posição assumida pelo Vereador António Mota, disse estar certo que o mesmo iria continuar a defender os interesses do Concelho da mesma forma que tinha feito até à presente data.....

Deu nota que tinha sido noticiada a ligação entre Aveiro e Águeda, questionando se o Município de Oliveira do Bairro tinha sido ouvido nesse sentido e se a ligação prevista há alguns anos, entre Recardães e Mamodeiro, tinha sido abandonada, porque seria uma ligação que interessaria ao Concelho de Oliveira do Bairro.

O **Presidente da Câmara** relativamente às questões colocados pelo Vereador Rui Santos, esclareceu que em conjunto com a Presidente de Câmara do Município de Anadia, estava agendada uma reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas para a próxima semana.....

Sobre a ligação entre Aveiro e Águeda, disse que, do que sabia existia, um compromisso entre os dois Municípios em que cada um assumiria a sua parte na ligação viária referida.....

Agradeceu as sugestões dadas pelo Vereador Álvaro Ferreira e no que diz respeito às alterações de



Oliveira do Bairro câmara municipal

trânsito informou que estavam a fazê-lo de forma progressiva.

No que diz respeito ao contencioso do kartódromo de Oiã, esclareceu que numa primeira fase do processo, o Município não era detentor do imóvel e que, entretanto, passou a sê-lo, numa segunda fase foi a questão do valor das benfeitorias tendo já ficado esclarecido não haver lugar a nenhum pagamento de juros, existindo atualmente a questão das benfeitorias que teriam que ser avaliadas por ambas as partes.

Sobre a questão da ADRA, disse que o Município tinha recomendações para que sempre que seja efetuado um corte de estrada, o mesmo seja devidamente tapado, contudo pode verificar-se que isso não acontecia, eram tiradas fotografias e enviadas para a empresa para que proceda à regularização do piso. Acrescentou que, de momento, em Bustos, estavam a ser realizados trabalhos de reposição de piso, relativo às obras de saneamento realizadas pela ADRA, que não havia procedido de forma devida à regularização do piso.

Agradeceu ao Vereador António Mota pelas chamadas de atenção que tem feito ao longo de várias reuniões para a existência de algumas irregularidades por parte da ADRA, no que diz respeito à reposição do piso.

Sobre a questão das barreiras de Vila Nova, esclareceu que não havia nenhum diferendo com o proprietário do terreno, que já tinha ordens específicas do Município para retirar a terra do local, estando também já definido o que se iria fazer com as águas de forma a evitar que as mesmas venham para a estrada.

No que diz respeito à EM 596, deu nota que tinha havido uma reclamação, o que tinha atrasado o processo, estando resolvida a reclamação, seguiu o procedimento para o Visto do Tribunal de Contas. O **Vereador António Mota** reportando-se ao kartódromo, questionou quanto à data da avaliação das benfeitorias, porque se a mesma for realizada à data atual, as benfeitorias estavam uma desgraça.

O **Presidente da Câmara** informou que ainda não estava definido pelo tribunal, contudo assim que tiver informação transmitirá a mesma aos Vereadores.

O **Vereador Rui Santos** relativamente às ligações entre municípios, questionou se a ligação que em tempos tinha estado prevista entre o alto de Recardães até Mamodeiro tinha ficado sem efeito.

No que diz respeito ao kartódromo, referiu que havia um recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, questionando se havia alguma ideia dos custos que o Município iria ter com todo o processo do kartódromo.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que o pedido realizado pelos Municípios de Aveiro e de Águeda, era que fosse as Infraestruturas de Portugal a intervir na ligação, como não tinham conseguido que as Infraestruturas de Portugal fizessem intervenção, decidiram que entre os dois Municípios fossem feitas as intervenções.

Esclareceu que esse recurso tinha a ver com a propriedade do terreno, tendo sido reconhecido que



Oliveira do Bairro câmara municipal

o terreno era propriedade do Município. Quanto aos custos deu nota que os custos com o advogado, correspondiam à avença, e que trata do presente processo assim como de outros.

Acrescentou que tinha havido vários recursos no processo, o que tinha trazido custos para o Município, contudo no presente mandato não tinha havido ainda grandes custos, apesar de haver a necessidade de se nomear peritos.

Informou que, relativamente ao processo, apenas estavam em causa as benfeitorias.

O **Vereador Rui Santos** questionou se tinha havido alguma tentativa de negociação, por parte do atual Executivo, no sentido de se tentar chegar a uma solução mais rápida para o processo, no sentido de o lote ser disponibilizado o mais breve possível, podendo já o município estar a cobrar impostos sobre o lote.

O **Presidente da Câmara** referiu que todas as negociações eram possíveis, todas as conversações tinham existido, contudo tinham sido eleitos para defender os melhores interesses para o município e infelizmente as opiniões divergiam e era difícil chegar a consenso.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 2019

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de dezembro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de dezembro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 9 DE JANEIRO DE 2020

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de janeiro de 2020, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de janeiro de 2020, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 4 – PARECER N.º 13 DA CCDD-CENTRO – LEI N.º 52/2019 DE 31 DE JULHO; EXERCÍCIO DE FUNÇÕES POR TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS E ALTOS CARGOS PÚBLICOS – PARA CONHECIMENTO



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento, do teor do Parecer n.º 13 da CCDD-Centro, datada de 27 de janeiro de 2020, e da Informação da Divisão Administrativa e Jurídica datada de 07 de janeiro de 2020, que aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 123 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – APROVAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, a Vereadora Lília Ana Águas e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. .

O **Presidente da Câmara** esclareceu que o Código de Conduta apresentado tinha sido baseado numa proposta enviada pela ANMP para todos os Municípios, a qual tinha sido adaptada ao Município de Oliveira do Bairro, após os devidos esclarecimentos de dúvidas que existiram na altura.

O **Vereador Rui Santos** reportando-se ao valor dos cento e cinquenta euros, questionou se tinha sido definido pela proposta enviada pela ANMP.

Afirmou que na sua opinião, as pessoas ou eram honestas ou não o eram e não era o valor que iria definir a honestidade das pessoas.....

O **Presidente da Câmara** esclareceu que o valor estipulado decorria da Lei.

O **Vereador Álvaro Ferreira** questionou se também seria obrigatório as Juntas de Freguesia elaborarem os seus Códigos de Conduta.

Questionou ainda se iriam existir alguns constrangimentos, com a aprovação do documento, a aplicar a alguns funcionários do Município que também assumiam lugares políticos, dando o exemplo do Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara que também era Líder de Bancada do CDS, do Presidente da Assembleia Municipal que também exercia funções de docente nas escolas do Agrupamento de Oliveira do Bairro e do técnico do Quartel das Artes que fazia parte das listas do CDS.

O **Presidente da Câmara** relativamente à obrigação das Juntas de Freguesia, esclareceu que dependia do número de eleitores e em nenhuma das Freguesias do Concelho de Oliveira do Bairro excedia.

Quanto aos constrangimentos, esclareceu que não tinha nada a ver, com o que tinha sido referido pelo Vereador Álvaro Ferreira, porque o que estava em causa com a aprovação do Código de Conduta, era de aplicação ao Executivo Municipal, relativamente aos presentes e benefícios que pudessem vir a ser oferecidos, não estando relacionado com qualquer outra situação.

A **Vereadora Lília Ana Águas** esclareceu que dos exemplos proferidos pelo Vereador Álvaro Ferreira, relativamente ao técnico do Quartel das Artes, o mesmo não era um eleito local e por isso não se aplicava, quanto ao Presidente da Assembleia Municipal que exercia funções de docente no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, mas tinha sido contratado por uma empresa que era



Oliveira do Bairro câmara municipal

contratada pela Câmara Municipal relativamente aos professores das AECs e sobre a qual a Câmara Municipal não tem qualquer decisão relativamente à contratação de qualquer um dos professores, sobre o Chefe de Gabinete esclareceu que o mesmo não se incluía no estatuto de pessoal dirigente, era um cargo de nomeação e por isso também não estava em causa qualquer situação.

O **Presidente da Câmara** deu nota que posteriormente teria que ser elaborado um Regulamento, que já estava a ser tratado pelos serviços.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar o Código de Conduta em anexo à Informação/Proposta n.º 123 – Mandato 2017/2021 apresentada pelo Presidente da Câmara, datada de 10 de fevereiro de 2020, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais;.....

2.º - Proceder à sua publicação no Diário da República e no sítio na internet do Município de Oliveira do Bairro, conforme disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 52/2019.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 124 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A ATRIBUIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

A **Vereadora Susana Martins** disse tratar-se da abertura do procedimento de elaboração de regulamento para atribuição de transporte escolar aos alunos do Agrupamento de Escolas.

O **Vereador Rui Santos** questionou se havia alguma participação da comunidade escolar, incluindo os alunos, sendo uma forma de cultivar a presença dos jovens na política, com um assunto que lhes diz respeito.

O **Vereador Álvaro Ferreira** valorizou a ação do Executivo com o início do procedimento, que iria melhorar em muito aquilo que era a transparência e a forma de acesso aos transportes escolares, uma área bastante sensível no Concelho de Oliveira do Bairro.

Referiu que o Diploma base tinha sido publicado no ano de 2019, questionando se o facto de se ter esperado um ano para a abertura do procedimento se prendia com a situação da Transdev e em que ponto de situação tinha ficado esse assunto.

O **Presidente da Câmara** relativamente à questão da Tansdev, recordou que tinha sido iniciado um processo de delegação e competências na CIRA, razão da demora do atraso no procedimento por se ter estado a aguardar as regras definidas para o concurso, lançado no final de 2019.

O **Vereador António Mota** disse que gostava de ter tido uma informação da Vereadora do pelouro, ou algum despacho da mesma, porque era norma haver uma informação a acompanhar os



Oliveira do Bairro câmara municipal

documentos, ou um despacho, por parte dos Vereadores que apresentam os assuntos e seria bom que no caso em concreto também acontecesse, estando certo que não seria pelo facto de a mesma ser Vereadora independente.....

O **Presidente da Câmara** disse que era bom o facto de ter reconhecido que não estava em causa nenhuma cor partidária ou se era independente ou não.

A **Vereadora Susana Martins** esclareceu que quando se tratava de início de procedimentos, era o Presidente da Câmara que autorizava os mesmos e nas fases seguintes do procedimento, o Vereador António Mota, iria encontrar os seus despachos.

Relativamente à intervenção do Vereador Rui Santos esclareceu que se tratava de um início de procedimento, que irá à fase de discussão pública e nessa fase, todas as pessoas, estudantes, encarregados de educação poderão dar a sua opinião sobre o regulamento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento Municipal para a Atribuição de Transporte Escolar” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Delegar no Técnico Superior Eng.º João Pinto, nos termos do n.º 5 do artigo 55.º do CPA, a direção do procedimento de elaboração do referido Regulamento.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 125 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO/CURADOR DO CONSELHO DE CURADORES DA FUNDAÇÃO COMENDADOR ALMEIDA ROQUE

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara** informou que no decorrer do presente mandato, o Eng. José Carlos Soares, distinto elemento e Presidente do Conselho Executivo da Fundação Comendador Almeida Roque, entendeu prosseguir outro caminho e solicitou a sua saída do Conselho Executivo e do Conselho de Curadores.....

Por solicitação da atual Presidente do Conselho de Administração, o mesmo continuou a desempenhar as funções até ser reconhecido o sucessor do Sr. Comendador, no Conselho de Administração, situação já resolvida.

Esclareceu que, já vinha a acontecer anteriormente na pessoa que presidia ao Conselho Executivo era também Curador, por parte do Município propôs para o cargo a atual Presidente do Conselho Executivo, para ser Curadora do Município de Oliveira do Bairro.



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou mediante votação por escrutínio secreto, por maioria com 6 votos a favor e 1 voto contra, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos da Fundação Comendador Almeida Roque, nomear a Dr.ª Leontina Azevedo da Silva Novo para integrar o Conselho Geral da Fundação, em substituição do Eng.º José Carlos Pereira de Almeida Soares, que apresentou a sua demissão do referido cargo.....

PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 230/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – FIXAÇÃO DE NÚMERO DE ESTÁGIOS – ESTÁGIOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (EFP) - MULTIMÉDIA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação/Proposta n.º 230/GAP, datada de 6 de fevereiro de 2020 que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, fixar o número de estágios (estágios de formação profissional (EFP)) a admitir, no âmbito do Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro, nos seguintes termos:

a) Multimédia, um lugar.....

PONTO 9 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 231/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DA GESTÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DO CARREIRO VELHO, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A AMPER-ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE PERRÃES.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

O **Presidente da Câmara** esclareceu que se tratava de um protocolo já existente entre o Município de Oliveira do Bairro e a AMPER que, cessa na mesma altura em que cessa também o mandato dos órgãos sociais da associação e que recentemente foram renomeados.....

Referiu que se aproveitou o facto e se alterou o protocolo de forma a que o mesmo não cesse, por alteração dos órgãos sociais. Acrescentou que também o protocolo tinha sido alterado para acertar no que tocava aos equipamentos em que o parque infantil era da responsabilidade da AMPER, passando agora a ser da Câmara Municipal que tem uma equipa técnica que faz esse acompanhamento.....

O **Vereador Álvaro Ferreira** relativamente à denominação do Parque Ribeirinho do Carreiro Velho, disse que sendo uma denominação que já vinha de há algum tempo, havia um outro parque na Giesta com a mesma denominação o Parque do Ribeirinho, não sabendo até que ponto, no futuro, quando



Oliveira do Bairro câmara municipal

se fizer um trabalho turístico naquela zona, não possa criar alguma confusão na identificação dos dois parques.....

Reportando-se às obras dos passadiços, que se localizam no referido parque e sabendo que as mesmas estavam paradas, questionou qual era o ponto de situação das referidas obras.....

O **Vereador Rui Santos** relativamente ao parque infantil que foi referido pelo Presidente da Câmara, questionou se o mesmo precisava de ter um plano de segurança, devendo salvaguardar a associação dessa responsabilidade, sendo um local que apresenta alguns riscos.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que era idêntico aos outros equipamentos e a responsabilidade era do Município, tendo sido agora reforçado para o parque infantil.....

Deu nota que a obra da POLIS em nada interferia com os limites do parque e iria ser retomada no início do mês de março, tendo sido suspensa devido às condições climatéricas.

Disse saber que iria haver uma reunião de obra da POLIS, no final do presente mês, de forma a darem um ponto de situação ao Município de Oliveira do Bairro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta de protocolo de cedência da Gestão do Parque Ribeirinho do Carreiro Velho, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a AMPER-Associação dos Amigos de Perrães, nos termos da Informação/Proposta n.º 231/GAP, datada de 7 de fevereiro de 2020 que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 10 – DESPACHO N.º 257 – MANDATO 2017/2021, DO PRESIDENTE DA CÂMARA – DESIGNAÇÃO DO COORDENADOR DA INICIATIVA “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO” – PARA CONHECIMENTO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 257 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datado de 6 de fevereiro de 2020, em que designou Coordenador da Iniciativa “Orçamento Participativo”, o trabalhador da Autarquia José Miguel Cardoso Duarte.....

PONTO 11 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 5/2020, PRESTADA PELO COORDENADOR DO PROJETO “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO” – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA DO BAIRRO - CALENDARIZAÇÃO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a calendarização da iniciativa “Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro”, nos termos da Informação/Proposta 54/2020, datada de 7 de fevereiro de 2020, apresentada pelo Coordenador do Projeto, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 6/2020, PRESTADA PELO COORDENADOR DO



Oliveira do Bairro câmara municipal

PROJETO “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO” – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – COMPONENTE ORÇAMENTAL.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e o Vereador Álvaro Ferreira.

O **Presidente da Câmara** deu nota que o valor para a próxima edição do Orçamento Participativo, era substancialmente mais elevado, porque tinha a ver com o orçamento do Município.

O **Vereador Álvaro Ferreira** disse que tinha feito intervenção nos pontos anteriores, relativos ao orçamento participativo, porque não discordava com nada do que tinha sido apresentado, devido também ao excelente trabalho executado pelo Coordenador do projeto Miguel Duarte.....

Disse ainda que verificou que os moldes de calendarização eram idênticos aos do ano anterior, indo ao encontro das boas expectativas criadas, no último relatório apresentado.

Relativamente ao valor disponível para o presente ano, era consideravelmente mais elevado o que dava certamente para contemplar mais projetos.

Afirmou que seria interessante poder verificar que na próxima edição os projetos fossem apresentados por cidadãos que não estivessem tão ligados à causa pública, como tem acontecido nas edições anteriores e isso iria depender da comunicação e do grau de execução das propostas vencedoras e a real promoção das pessoas que venceram essas propostas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro, aprovar a atribuição ao Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro para o ano de 2020, o montante global (IVA à taxa legal incluído) de 205.200,00 € (duzentos e cinco mil e duzentos euros), nos termos da Informação/Proposta 6/2020, datada de 7 de fevereiro de 2020, apresentada pelo Coordenador do Projeto, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO N.º 9|2019, PRESTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “DIA DA FRANCOFONIA”, NO DIA 25 DE MARÇO DE 2020

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 25 de março de 2020, para efeitos da realização do evento “Dia da Francofonia”.

PONTO 14 – CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO DE 25 A 29 DE MAIO E DE 21 A 25 DE SETEMBRO, À COOPLEC NORTE, S.A., PARA A REALIZAÇÃO DE DUAS FEIRAS NOS DIAS 27 DE MAIO E 23 DE SETEMBRO.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.....

O Vice-Presidente da Câmara deu nota que se tratava da cedência do Espaço Inovação a uma entidade privada em que, há semelhança dos anos anteriores, iria ser cobrada uma taxa.....

Informou que a utilização do Espaço Inovação seria para a empresa realizar duas feiras, que têm sido um sucesso nas edições anteriores, promovendo os seus produtos e o Concelho de Oliveira do Bairro.

O **Vereador António Mota** afirmou que cada vez mais deveria haver um cuidado, em relação à cedência do Espaço Inovação, ao nível associativo, sabendo que também o Presidente da Câmara tinha conhecimento do que estava a falar e de forma a não se envolverem em situações complicadas a qualquer momento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do “Espaço Inovação” à empresa Cooplecnorte, S.A., nas semanas de 25 a 29 de maio e de 21 a 25 de setembro para a realização de duas feiras nos dias 27 de maio e 23 de setembro de 2020 mediante o pagamento da quantia de 1.250.00 € (mil duzentos e cinquenta euros) + IVA, por cada uma das semanas pretendidas.....

PONTO 15 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 18.2020|DPGU – CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE DA PALHAÇA – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira e António Mota.

O **Presidente da Câmara** deu nota que era um tipo de assunto que por norma trazia primeiro a reunião de Câmara e só depois da deliberação tomada, se passava à assinatura do Contrato-Programa, contudo o motivo de vir agora para ratificação do seu despacho, deveu-se ao facto de ter sido recebido o pedido de celebração do presente Contrato-Programa, nos dias seguintes à última convocatória e atendendo à urgência e de ter associada uma candidatura, tomou a decisão de assinar e submeter posteriormente ao órgão para ratificar a sua decisão.....

O **Vereador Álvaro Ferreira** disse que vai estando atento àquilo que os outros Municípios também faziam em relação à mesma necessidade de aquisição deste tipo de infraestruturas e, não por culpa do Município, porque se estava a pensar em qual seria o melhor mecanismo para ter acesso às infraestruturas necessárias querendo sempre fazê-lo, não onerando mais os munícipes, mas constata que há municípios que simplesmente andam noutra velocidade. Deu nota que havia um Município que para a mesma situação do Município de Oliveira do Bairro, em que tem um terreno e o cede de forma gratuita, o Ministério da Saúde tinha garantido o investimento, na totalidade para a construção



Oliveira do Bairro câmara municipal

da infraestrutura.

Acrescentou que no Município de Oliveira do Bairro se estava a ir atrás de um financiamento comunitário e ainda assim poderia ter que ser o Município a pagar os 15% restantes, caso o Estado não avance.

Disse que essa diferenciação existente sobre a forma de atuação deveria fazer refletir de que forma é que se tinha que agir, neste tipo de procedimentos.

Relativamente às contrapartidas em função de cedência do terreno, pela Junta de Freguesia da Palhaça, questionou se já existia alguma novidade.

O **Vereador António Mota** fez referência a uma notícia, em que era referido que em Aguada de Cima, que tem uma população superior, quer à União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, quer à Palhaça, tinha sido adjudicado um posto médico, contudo havia uma grande diferença em relação ao valor dos projetos, em que se verifica que os projetos apresentados do Município de Oliveira do Bairro têm um valor superior.

Disse não acreditar que a Administração Regional de Saúde, que tem que dar parecer sobre os projetos, não verifique que não havia uniformidade relativamente aos postos de saúde e às unidades de saúde familiares.

Disse ainda não compreender que os projetos apresentados para o Município de Oliveira do Bairro eram similares ao centro de Saúde de Oliveira do Bairro e o projeto apresentado para Aguada de Baixo, era muito mais moderno e com o valor inferior aos projetos apresentados para o Concelho de Oliveira do Bairro.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que a população de Aguada de Cima era cerca de metade da população da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa e o que o projeto para aquela freguesia se tratava de uma requalificação.

Recordou que em reuniões anteriores tinha sido referido pelos Vereadores, que não se deveriam cometer os erros do passado, porque havia um problema de dimensão no projeto executado do Centro de Saúde de Oliveira do Bairro.

Disse que não conhecia o projeto apresentado para Aguada de Cima, mas conhecia os projetos para Oliveira do Bairro e sabia que estavam preparados para a dimensão da população das duas freguesias.

Esclareceu que no projeto a executar na Freguesia da Palhaça, não há a necessidade de ser feito qualquer ajustamento de terras, no caso da União de Freguesias é necessário fazer esse trabalho e logo por aí diferenciava o valor dos projetos.

Quanto à questão do Vereador Álvaro Ferreira disse que tinha a certeza que os Executivos anteriores tinham feito exatamente aquilo que estava a fazer atualmente, que foi apresentar os projetos à Senhora Ministra em que também estava presente a Senhora Diretora Regional e sabia aquilo que



Oliveira do Bairro câmara municipal

foi dito e as respostas obtidas.....

Atendendo às circunstâncias, para o Ministério da Saúde não havia problemas de infraestruturas no Município de Oliveira do Bairro, dizendo mesmo que era um dos melhores, contudo o Executivo entende que assim não era e nesse sentido estava a fazer uma aposta na Saúde para o Concelho... Quanto à questão de favorecimentos, disse que se isso acontecia era muito mau, porque como era o caso do Município de Oliveira do Bairro que fez uma opção do FEDER, para pelo menos ter um projeto apoiado, o Estado desresponsabilizar-se e serem os Municípios a quererem dar condições aos seus municípios.

Reportando-se ainda ao projeto de Aguada de Cima, que não conhecia, disse que esperava que a modernice referida desse projeto não dê os problemas que o Município de Oliveira do Bairro tem em alguns equipamentos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara de 4 de fevereiro de 2020, em que aprovou o Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Administração Regional de Saúde do Centro, IP para a construção de Unidade de Saúde da Palhaça, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

PONTO 16 – DESPACHO N.º 258 – MANDATO 2017/2021 DO PRESIDENTE DA CÂMARA – TOLERÂNCIA DE PONTO NO CARNAVAL – PARA CONHECIMENTO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 258 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datado de 10 de fevereiro de 2020.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **12 de fevereiro** do ano de **2020**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **1.425.105 Euros e 78 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **700.311 Euros e 41 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **2.125.417 Euros e 19 Cêntimos**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram quinze horas e quarenta e cinco minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que



Oliveira do Bairro câmara municipal

o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos